

O DESTINO DOS EGRESSOS DE CURSOS DE GEOGRAFIA

Tarik Rezende de Azevedo¹

Introdução

Antes de tudo devo admitir que houve uma certa hesitação em escrever mais um texto para, apenas na aparência, engrossar o caldo da discussão em torno da natureza e objetivos da geografia. Resolvi assumir o risco certo da incompreensão e intolerância de colegas, pois acredito ter o dever de divulgar alguns fatos e um outro tanto de opiniões e argumentos que, em nosso limitado juízo, são relevantes. Ao menos para os alunos do Curso de Geografia da Universidade de São Paulo e, quem sabe, de outros.

Também há que dizer que este é um exercício de revisão de minha própria história e trajetória, uma vez que reconhecer a diferença que há entre aquilo que se imagina ou deseja e os imperativos da realidade concreta não é uma tarefa fácil. Diria até que é uma das mais ingratas expor aquilo que poucos querem ver ou admitir. Que este texto seja lido como um relato sincero de conflitos vividos, de fato, por mim.

Demarcando o território

Quanto à essência da geografia, nos parece elementar que na própria etimologia da palavra se encontra boa parte de tudo o que é necessário saber². A geografia é a representação da Terra. Agregando o conceito de escala, que em parte já está contido no termo grafia, ao nosso modesto juízo, a essência já está determinada.

Restaria saber se a geografia é uma ciência. Naturalmente não é. Embora seja possível a produção de conhecimento científico nos moldes da camisa de força de um método sob o rótulo de geografia. Seria o mesmo que dizer que o conhecimento humano associado à geografia é mais amplo, contraditório e ambíguo que aquele gestado e abrigado sob a égide do método. Ou, dito de outra forma, com ou sem as universidades, com ou sem a academia, a geografia, assim como a história, existe. Existiu e existirá enquanto houver seres humanos sobre a face da Terra, sobretudo por seu caráter essencialmente político. A não ser que se encontrasse evidência de um agrupamento humano sem cultura e sem organização social em algum tempo remoto.

¹ Professor Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Informação irrelevante nos termos do texto apresentado, o que interessa é que o autor é egresso do Bacharelado em Geografia desta unidade de ensino. xtarikx@usp.br

² Aos biólogos, por exemplo, o dilema sobre a natureza da própria disciplina é preocupação descabida. Simplesmente, a biologia é o estudo da vida. Questionados sobre a natureza da vida, os biólogos simplesmente respondem que isto é domínio da filosofia e continuam os seus afazeres.

Quanto à idéia de ciência de síntese, nos parece absurda por pelo menos quatro aspectos.

Em primeiro lugar, não há a menor possibilidade teórica ou prática da elaboração de tal síntese sob a égide de um método para extrair o essencial das especialidades e estabelecer as conexões e relações. Dito de outra forma, as sínteses dificilmente podem ser "científicas". Quando o são, certamente são aproximações limitadas e extremamente restritas.

Em segundo lugar, há que admitir que fatos tão singulares quanto a Internet impuseram cruamente uma esmagadora realidade, que aos bibliófilos já era lugar comum e a sua delícia desde antes da pérola de Alexandria. A monumental obra que é o conhecimento humano impede, na prática, a um homem concreto a apreensão do mínimo que seja do montante de conhecimento disponível. Mesmo para se construir um apanhado do estado da arte em qualquer campo muito específico do conhecimento científico há que empenhar uma carga de estudo e leitura que mesmo aqueles remunerados apenas para fazer isto admitem ser uma tarefa quase impossível, quando sinceros.

A resposta simples à idéia de uma ciência de síntese no centro do conhecimento humano é a pergunta: síntese do quê?

O simples cotejar de textos escolhidos ao acaso dentre os milhares de periódicos já indexados, portanto reconhecidamente "científicos", revela um problema de semântica quase intransponível. Esta terceira objeção é a metáfora da Torre de Babel. Nas especialidades desenvolve-se uma terminologia própria. Em alguns casos sequer é possível compreender o objetivo ou hipóteses subjacentes, ou as articulações num contexto mais amplo, embora aos autores certamente haja esta consciência. Não seria um tanto de presunção pretender apreender os significados em tantos universos semânticos? Por outro lado, desqualificar aquilo que não compreendemos com o rótulo simplista e depreciativo de "especialização" excessiva não revela a mesma presunção?

O ideal iluminista da enciclopédia continua vivo em um ou outro campo do conhecimento, sobretudo na geografia acadêmica. Para tanto, há que apreender a essência dos "resultados" das especialidades em algum lugar. Certamente, quem hoje tem esta tarefa de transliteração para um universo semântico mais "universal" é o jornalista e não o "cientista". Nesta quarta objeção, revela-se algo que é, em parte, conseqüente da terceira. Em geral, salvo o caso de alguns "especialistas" atuando sob o amplo manto da geografia, as informações e idéias mais gerais são absorvidas de discursos re-elaborados por "especialistas em massificação".

A essência da ciência, ainda a nosso juízo, é o princípio da refutabilidade, e isto só é possível no âmbito restrito de um método. Ignoro as razões, mas o jornalismo desenvolveu a

crença de que o público-alvo não quer as dúvidas, contradições e controvérsias que fazem parte da natureza da ciência. Desta feita, reduzem-na a comunicação dos "resultados" e fazem qualquer amarração com uma finalidade prática que pareça factível. Ao que os "cientistas" mais perspicazes têm tratado de fazer por conta própria facilitando o trabalho do jornalista e indiretamente engordando o orçamento de sua pesquisa.

Portanto, beber lugar comum ou conclusões simplistas em resumos em orelhas de livros de divulgação e/ou na mídia para depois engordar aquilo que se escreve e diz sob o rótulo de científico, parece justamente o avesso de fazer ciência. Este problema não é um privilégio da geografia, e se agrava com o avanço da difusão eletrônica da informação pela rede digital quase universal. No entanto, nos parece um pouco ingênuo que parte dos geógrafos, os quais acolhem e, em geral, assumem o "benefício da dúvida", se deixem impressionar com as estratégias de marketing intelectual das especialidades. Ou pior, em alguns casos adotem a estratégia da "fuga" construindo discursos niilistas, isolacionistas ou contra qualquer tipo de utilidade da pesquisa que fazem ou pretendem fazer.

O desenvolvimento das estruturas de pesquisa nas especialidades e a exigência crescente de investimento nos "meios de produção" do conhecimento proporcionam o ambiente propício para a instalação de uma competição sem quaisquer limites pelos recursos de financiamento que serão sempre exíguos face à avidez dos "cientistas". A questão do financiamento da pesquisa impõe a certeza de que serão obtidas respostas objetivas e que o investimento feito terá retorno tangível. O utilitarismo, portanto, não é fruto de opções e escolhas individuais, ou de maior ou menor nível de consciência, é condição primordial para obtenção dos meios.

Salvo engano de nossa parte, em boa parte dos casos, a real utilidade daquilo que de fato se faz nas Universidades com os meios obtidos é intercalada por tantas mediações e lacunas a serem preenchidas que, de fato, sobre os casos concretos, é difícil estabelecer uma relação simplista e maniqueísta entre financiamento, pesquisa, resultados, produtos e lucro. De fato, este modelo simplista se aplicaria, talvez, ao que se faz em ambientes em que as relações de trabalho são realmente controladas, como na pesquisa ligada diretamente à produção industrial no âmbito das corporações e não na Universidade. Salvo engano, neste último caso, estaríamos tratando mais a mais do desenvolvimento tecnológico e do aumento da produtividade do trabalho em senso mais estrito possível.

A contragosto, é verdade, há que dizer que àqueles que querem como geógrafos ascender ao status de "cientista" ou "pesquisador", e que para tanto, precisam de meios para desenvolver seu trabalho, não há outra saída a não ser a construção de discursos coerentes que conduzam à idéia de utilidade. Nem que seja só para obter os recursos, como o fazem muitos dos pesquisadores acadêmicos de quase todas as áreas. Dito de outra forma. Não

há um conluio universal contra as ciências humanas em geral, ou em especial contra a geografia, como pretendem alguns. O que ocorre é que simplesmente não aprendemos a competir pelos recursos para financiamento nos termos em que devem ser pedidos, ou nos recusamos a jogar o jogo nestes termos. Desconfortável, mas é um fato.

Ademais, a apropriação do conhecimento pelo Estado, corporações e mesmo pelas simples empresas se dá de forma difusa, mormente pela incorporação de quadros capacitados para garimpar e beber o saber com extrema eficiência. Paradoxalmente, como bem chamou a atenção Yves Lacoste (1985), mesmo a pesquisa e o discurso construído deliberadamente contra aqueles podem ser rápida e eficientemente assimilados para finalidades outras que podem ser diametralmente opostas às concepções políticas e ideológicas daquele que levou a cabo a investigação. Um exemplo hipotético; uma exaustiva pesquisa para entender as relações e recuperar a espacialidade de uma comunidade rural, com um mínimo de perspicácia, pode ser usada para a pilhagem/grilagem mais rápida e eficiente da terra. Talvez por isto que Milton Santos insistia aos alunos³ que estudar e falar dos pobres é fácil e em pouco ou nada contribui para a transformação das estruturas sócio-espaciais. Fácil, pois raramente impõe dificuldades e cedem de bom termo seu tempo e as informações que o pesquisador deseja. Estudar as estratégias espaciais daqueles que detém os meios de produção e a propriedade em geral é muito mais difícil, quando não impossível. E quanto mais relevante e crucial a informação que se procura, mais portas e cadeados há no caminho daquele que investiga.

Como bem lembra ainda Lacoste, a geografia tem suas origens, é verdadeiramente praticada e imprescindível no seio do poder militar, político e econômico, num livro manifesto que continua tão atual que parece que foi escrito sob encomenda para falar sobre o Brasil. A questão é que a acadêmica é uma outra geografia, nascida da necessidade de estender a educação escolar à toda população. Para isto, houve que criar cursos de formação de professores do ensino primário e secundário, hoje fundamental e médio.

Nos parece um caminho pouco seguro negar a relação umbilical com o ensino por várias razões. E este texto defende explicitamente a tese de que a estratégia para sobrevivência da geografia acadêmica seja a construção de discursos coerentes no sentido do resgate e da valorização da função primordial e razão de ser da geografia universitária. Qual seja, a formação de professores de geografia e não a pesquisa científica.

Um mapa do conflito

Concordo com a idéia de que o conhecimento exige um "tempo lento" em que a reflexão conduz à amarração de elementos dispersos e construção de significados. Mas há que

³ Não sei onde escreveu isto, mas repetiu algumas vezes em duas disciplinas em que fui seu aluno.

admitir que este processo não é privilégio dos doutos acadêmicos, e muito menos dos "cientistas" em si. Não é um atributo ou exigência de espíritos elevados ou superiores. O conhecimento é reconstruído cotidianamente em cada um de todos os seres humanos concretos e individuais num "tempo lento" e que se estende por toda a vida. Quero crer que a única diferença são os elementos que são considerados e como são amarrados. Usar a idéia do "tempo lento" como justificativa para cursos de graduação com duração, na prática, interminável é um argumento espúrio e completamente inseqüente. Conhecer, atualizar-se, estudar, inovar, pesquisar são tarefas permanentes para o resto da existência, uma vez egresso do curso de graduação.

Alguns entendem que o espaço da universidade (cursos de geografia) constitui um ambiente privilegiado para a formação de quadros políticos no sentido mais restrito do político-partidário para, uma vez inseridos na sociedade, atuarem na transformação de suas bases estruturais. O que nos parece um tanto ingênuo, deslocado e representativo de uma temporalidade que remonta aos anos sessenta.

Por outro lado, sugerir a um aluno de graduação que trabalhou o dia inteiro e que chega a economizar em alimentação para tirar fotocópias que o que está sendo ensinando não serve para nada é, no mínimo, uma ofensa grave e desrespeito à sociedade. Aqui representada pelo aluno que está sentado em frente e aos que pagam os impostos que mantêm a Universidade. Este tipo de argumentos e descompromisso com fins e/ou utilidade tangível são muito cômodos a alguns poucos privilegiados ancorados num emprego na Universidade Pública, cujo salário ultrapassa U\$ 1500,00 mensais.

O que normalmente não fica claro, ou é sistematicamente ignorado, é que há, para cada aluno concreto, uma questão real de sobrevivência e que o mundo do trabalho impõe a necessidade da inserção em atividade remunerada. Não há quadros políticos remunerados de per si na sociedade a não ser, talvez, nos aparatos político partidários e/ou como sombras e catadores de migalhas na periferia do ambiente universitário. No caso de alunos oriundos de estratos sociais mais abastados é possível a construção de uma relação de dependência permanente com a universidade, mas sustentada por aporte financeiro externo. Neste caso, dos familiares, aquilo que costumo chamar jocosamente de "paitrocínio".

A obrigação de explicitar o que, ao final das contas, se pretende formar com um curso superior não pode ser substituída pela fuga em direção ao discurso em torno de uma pesquisa científica imaginária. Simplesmente porque a maioria esmagadora dos alunos egressos dos cursos de geografia não constituirá um corpo de pesquisadores científicos. Este fato pode ser colhido já na porta de não-saída do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade de São Paulo.

No bacharelado em geografia exige-se que o aluno leve a cabo um projeto de pesquisa, que, quando considerado de boa qualidade, ultrapassa em volume, densidade e complexidade os mestrados de boa parte dos programas de pós-graduação no resto da Universidade. Resulta que parte expressiva dos alunos conclui as disciplinas obrigatórias e optativas, inicia, mas nunca conclui o Trabalho de Graduação Individual. Embora não tenha sido possível esgotar todos históricos escolares de todos os alunos ingressantes desde 1990, dado que de tudo foi feito para me dificultar o acesso aos dados, já consegui listar mais de 480 alunos aos quais só faltou a entrega do TGI para se formar. Face aos mais de 2000 ingressantes e pouco mais de 500 egressos, faltaria determinar com exatidão o que ocorreu com o outro tanto que ultrapassa o milhar, dentre os quais certamente ainda há muitos alunos nesta condição ou muito próxima disto.

Atividade de pesquisa científica é um trabalho. Pesquisa se faz com recursos, com financiamento. Este inclui a remuneração dos pesquisadores na forma de bolsas ou mesmo salários. Propor e exigir de alunos de graduação, cuja porção majoritária precisa trabalhar para viver⁴, que para obter o diploma do curso superior façam uma pesquisa acadêmica isolada, sem infra-estrutura e sem remuneração é, no mínimo, um contra-senso, para não dizer maldade ou uma outra palavra mais precisa, mas que não cabe neste texto.

Por outro lado, dizer que o Bacharelado em Geografia possivelmente forme profissionais em planejamento territorial soa como uma piada de mau gosto. Este campo de trabalho simplesmente não existe para alunos treinados para tão somente discutir e questionar o status quo, mas incapazes de propor qualquer intervenção concreta sobre a realidade. Talvez pelo fato de ter freqüentado boa parte do curso de Arquitetura e Urbanismo tenha tido a oportunidade de vivenciar um ambiente de otimismo em que os alunos são treinados para propor, planejar, para pensar estrategicamente o espaço a partir de problemas concretos (ou mesmo hipotéticos). Confesso que, muitas vezes, tive a sensação de que ali experimentei e apliquei nos termos em que Lacoste sugere que a geografia em sua plenitude é praticada.

O fato de haver um punhado de geógrafos inseridos em empresas, autarquias ou órgãos da administração pública não garante em absoluto que haja realmente este mercado de trabalho. Acredito que o fato de serem abertas algumas dezenas de vagas para estagiários de geografia sob os auspícios destes geógrafos que encontraram assentos ajuda a criar o mito de que realmente há um mercado, quando, de fato, os estagiários fazem o trabalho que seria dos outros. Assim, sob um único geógrafo nos níveis mais inferiores da administração pública, poderão passar cerca de trinta, ou muito mais, iludidos estagiários ao longo dos anos.

⁴ A pesquisa do NAEF, explicada mais adiante no texto, constatou que mais de 90% dos alunos de geografia trabalham enquanto fazem o curso superior.

As competências para o planejamento físico-territorial, nos termos em que propõem alguns, implicam em uma sólida formação em geografia física e, sobretudo, em cartografia e sensoriamento remoto, com pleno domínio das mais atuais e poderosas ferramentas de tratamento de bancos de dados georeferenciados, além de desenvoltura em matemática avançada e modelagem. Há que também entender minimamente de legislação, contabilidade, tributação e saber calcular custos e benefícios em termos monetários. Numa ambiência em que prevalece e é hegemônico o discurso contra a quantificação, a técnica e a tecnologia, decerto formam-se bons demagogos e analfabetos cartográfico-digitais. Imaginar que um aluno que consegue se formar num curso superior sem saber organizar numa planilha de cálculo um punhado de informações numéricas, gerar valores sintéticos, os representar graficamente e daí tirar meia dúzia de interpretações, possa atuar como planejador, no mínimo, demonstra um completo alheamento do que ocorre em outros cursos do ensino superior ou de como e por quem são tomadas decisões relevantes no mundo.

Nem sei se é necessário dizer, mas a relação entre o planejamento físico-territorial e o utilitarismo é umbilical. A negação do segundo implica em negar o primeiro quase que automaticamente. Além disto, há que compreender que para a inserção do planejador no mundo do trabalho, há que aprender a pensar como o militar, como o empreendedor, como o investidor e não como o militante alternativo, o cabo eleitoral ou o sindicalista. Mesmo que, no momento presente, num curso de geografia houvesse uma guinada radical neste sentido, duvido que em menos de duas décadas fosse possível criar uma ilha de excelência na formação deste tipo de profissional. Dentre outras razões por que o corpo docente atualmente disponível, em sua grande parte carrega as mesmas deficiências dos alunos que forma.

Tenho a convicção de que alguns alunos egressos dos cursos de geografia ingressem neste mundo difuso e invisível da geografia do planejamento próximo das tomadas de decisão (imiscuído com o poder). Destes dificilmente temos notícia e este tipo de saber ou conhecimento que constroem e/ou acumulam raramente se divulga nos termos da academia, pois é importante demais para as organizações nas quais ingressam ou para as quais trabalham. No entanto, de fato, deve haver uma miríade de outros profissionais não oriundos de cursos de geografia que aprendem sobre problemas concretos a pensar estrategicamente o espaço e estes sim praticam maciçamente a geografia "da guerra".

No entanto, a estrutura curricular vigente no curso de geografia da USP, organizada à base de requisitos, sem qualquer seriação lógica, tem para aquelas disciplinas consideradas obrigatórias um arranjo que converge para uma disciplina chamada "Planejamento" que é pré-requisito fundamental para o Trabalho de Graduação Individual que, por sua vez, tem o caráter de um mestrado acadêmico.

Na academia, o status de um indivíduo também é proporcional às relações de poder que estabelece no âmbito interno, sua inserção e influência na sociedade em geral e ao montante de meios materiais e humanos que controla e dispõe. Isto se mede, dentre outras formas, pelo volume de publicações e por meio das citações que outros fazem das primeiras. Não é exatamente o conteúdo, o rigor e a coerência interna daquilo que se redige que garante a citação e o reconhecimento, mas, sim, as relações de poder organizadas numa complexa teia de relações interpessoais e o investimento crescente em marketing acadêmico.

Em nosso limitado juízo, na geografia acadêmica, a aparente contradição entre o utilitarismo e a pesquisa científica desinteressada que redundava em tanto debate é, na verdade, um véu que cobre o verdadeiro conflito. Como aludido anteriormente, visto pelo pesquisador, o discurso sobre a utilidade ou finalidade da pesquisa científica é um dos meios para a obtenção dos recursos para levá-la a cabo.

O verdadeiro conflito é com a função original da geografia universitária, ou seja, a formação de professores do ensino fundamental e médio. O status acadêmico de formar professores é explicitamente menor daquele oriundo da dita pesquisa científica. E neste ponto não só a mídia valoriza uns como faz o desfavor de contribuir para a imagem negativa da atividade docente junto ao ensino médio e fundamental.

O geógrafo acadêmico quer ser visto e reconhecido como homem de ciência. O simples reafirmar da geografia como ciência com uma constância fora do comum revela o problema de que, no fundo, todos nós sabemos que ela é impraticável. Nos termos da especialização certamente se abdica boa parte do variado temário considerado geográfico. Nos termos da síntese e da generalidade constrói-se superficialidades, quando não um emaranhado embebido de ecletismo.

Posto desta forma, o debate entre geografia física e humana é ainda mais destituído de sentido. Ele é apenas consequência do fato de que há uma divisão fundamental da árvore do conhecimento humano que provém de muito antes da instituição da geografia acadêmica. Escolher e comer os frutos de um lado e do outro ao mesmo tempo é muito, mas muito difícil. Muito poucos têm os braços tão compridos.

Também nos parece que, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, a pressão externa do resto da Universidade, dos sistemas de avaliação, sobretudo o federal, da estrutura de financiamento e outros elementos acessórios apenas aceleraram o processo de escolha por um dos dois caminhos. Verifica-se claramente um esforço de fazer-se parecer centro de produção científica. E há que admitir que entre o discurso sobre esta produção e a prática há um enorme descompasso.

Há que perceber que têm sido considerados como pesquisa acadêmica os mestrados e os doutorados. A rigor, estes são exercícios de preparação para a pesquisa plena e independente, e, por isto, são, ou deveriam, ser orientados. Alguns comemoram que a maior parte da pesquisa em geografia nos anos recentes, tenha sido oriunda de trabalhos de mestrado e doutorado e que parte significativa tenha tido berço na USP.

Ora, isto revela, tão somente, o quão frágil é a geografia acadêmica, uma vez que este fenômeno foi uma resposta à exigência de titulação derivada da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este movimento não irá se sustentar na próxima década, uma vez que já está claro o esgotamento desta demanda. Os novos ingressantes nos programas de pós-graduação em geografia tenderão a ser cada vez mais jovens e não serão mais, em sua maioria, docentes das universidades federais e privadas. Também porque houve uma multiplicação de programas de pós-graduação em geografia por todo o Brasil concomitantemente à "década da titulação". Pari passo desenvolver-se-á um acirramento da competição entre os programas de pós-graduação em geografia por verdadeiras migalhas financeiras, atualmente na forma do PROAP. Sinceramente me questiono se a nota da avaliação da CAPES é tão relevante face à exigüidade de recursos que são destinados aos programas. Numa ambiência de miserabilidade de recursos para pesquisa "desinteressada" pode parecer uma espécie de tábua de salvação, no entanto, a cada dia parece mais insano o esforço.

De 1991 a 2002, o Departamento de Geografia logrou conduzir à defesa 711 mestrados e doutorados. Ao mesmo tempo, apenas 567 alunos do Bacharelado em Geografia concluíram o curso⁵, enquanto o número de licenciados⁶ foi semelhante, 562. Atualmente ingressam regularmente 170 alunos pelo exame vestibular e, mais recentemente, algumas dezenas por transferência de outros estabelecimentos de ensino para preencher as vagas dos desistentes e/ou que abandonaram o curso. Neste período de referência ingressaram pouco mais de 2000 alunos no curso do bacharelado. Ou seja, o aproveitamento, em termos da diplomação em relação ao número de ingressantes, tem sido de menos de 30%. São formados tão poucos alunos que, se todos ingressassem imediatamente na pós-graduação, ainda assim restariam vagas.

Tomando os dados dos Anuários Estatísticos da USP do triênio de 2000 a 2002, constata-se que é o segundo pior desempenho de toda a Universidade, a qual abrigava em 2003, 189 cursos de graduação. Ressaltando que há várias unidades de ensino que atingem a cifra de 100% de aproveitamento e que a média situa-se por volta dos 63%. A FFLCH como um todo

⁵ Corresponde ao número de alunos dos quais conseguimos recuperar o título, orientador e ano de apresentação do Trabalho de Graduação Individual. Este número resulta significativamente maior que o número de alunos que oficialmente colaram o grau segundo os Anuários Estatísticos da USP.

⁶ Informação obtida junto à Secretaria de Graduação da Faculdade de Educação. Neste caso ocorre a mesma incongruência em relação aos Anuários Estatísticos da USP.

responde por 44% deste fracasso e, sozinho, o curso de geografia responde por 12%, enquanto oferece apenas 2% das vagas.

A USP tem 207 departamentos com uma média de 23 docentes cada. O Departamento de Geografia nunca teve menos de 30 docentes em atividade e atualmente conta com quase 50. Há alguns cursos na Universidade ministrados integralmente por departamentos com menos de 20 docentes com qualidade e aproveitamento elevado. A falta de docentes, portanto, sozinha não parece ser justificativa plausível para a proporção relativamente baixa de alunos conduzidos à conclusão do curso. Sobretudo por que, no caso da USP, quem determina o número de vagas oferecidas e a estrutura curricular é o próprio departamento responsável por ministrá-lo.

Há um mercado além da fronteira

Segundo o Censo da Educação no Brasil de 2003, com dados referentes ao ano de 2002, há no Brasil mais de 720 mil turmas da 5^a a 8^a série do ensino fundamental e do ensino médio. Em geral, cada turma tem duas aulas de geografia por semana, o que redundaria numa estimativa de UM MILHÃO E MEIO de aulas de geografia ministradas por semana no Brasil apenas no ensino regular. Admitindo uma carga média de 25 aulas por professor que ministra a esta disciplina, resulta numa demanda aproximada de 60 mil professores. No documento Estatísticas do Professor no Brasil, publicado pelo Ministério da Educação em 2003, afirma-se que havia uma demanda de 71 mil professores de geografia para 2002 e um déficit de mais de 20 mil professores de geografia no País. E este, agrade ou não, é o mercado de trabalho real e garantido dos egressos dos cursos de geografia.

Alguns dirão que a perspectiva salarial é muito baixa, o que, em parte, é verdade para valores médios nacionais. No entanto, como em qualquer carreira, há uma variação salarial considerável, sendo os professores de estabelecimentos privados do Estado de São Paulo melhor remunerados que a média nacional com um fator de dois a oito. Tomando apenas estes estabelecimentos de ensino, ainda assim há a demanda por mais de 2000 professores de geografia... Para parte expressiva dos ingressantes em cursos de geografia, oriundos de famílias de poder aquisitivo menor, a perspectiva de uma profissão cujo mercado de trabalho é garantido, com remuneração três a quatro vezes a média do extrato social de origem significa, sim, ascensão social. Porque não poderia ser o status quo desejado?

Uma pergunta difícil de responder com exatidão é quem está ministrando quase um terço das aulas de geografia no Brasil. Uma vez que o fluxo de saída dos cursos de geografia aparentemente não tem dado conta de suprir a demanda, possivelmente sejam professores de história, advogados formados às dezenas de milhares, e uma miríade de outros desempregados em suas formações de origem... Seria isto o desejável?

A Universidade de São Paulo, sobretudo no que diz respeito à geografia, ainda tem uma grande influência sobre os demais cursos do Brasil. Uma vez que nela desenvolveu-se um discurso velado de aversão ao ensino fundamental e médio, desconfio que isto contaminou o restante dos cursos do País.

Entre 1992 e 95 o Núcleo de Apoio aos Estudos da Graduação (NAEG USP) levou a cabo uma pesquisa deveras incomum no sentido de localizar os ex-alunos de diversos cursos de graduação da USP para tentar esclarecer o que tinha ocorrido com os mesmos depois de formados⁷. Embora com enfoque na questão profissional, foram abordados também outros aspectos. Curiosamente o curso de geografia foi contemplado, tendo participado do mesmo a Professora Ana Maria Camargo Marangoni, hoje aposentada, mas orientando ativamente na pós-graduação⁸. Aquela pesquisa tratou de alunos egressos de 1980 a 1990, tendo sido aplicado o questionário em 1991. Constatou-se que mais da metade (55%) dos alunos egressos do curso de geografia da USP, dentre os 87% que atuavam na área de formação, eram professores do primeiro e segundo graus, 4% atuavam no magistério superior e 18% como geógrafos ou em cargos relacionados à pesquisa e/ou aplicação da geografia na área técnica, os restantes 23% atuavam em cargos administrativos relacionados à geografia.

Em 2002, com um grupo de alunos dos programas de pós-graduação em geografia⁹, aplicamos um questionário mais curto e menos exaustivo que o do NAEG sobre os egressos de 1991 a 2000. Apesar de ter sido uma pesquisa sem financiamento, graças à perseverança e empenho desta equipe, logramos uma amostra maior que a da pesquisa anterior. Novamente, 86 por cento dos alunos egressos estavam atuando na área de formação e mais da metade destes (58%) como professor de geografia no ensino médio e fundamental. A novidade da década de 90, como seria de se esperar, é que ocorreu um aumento da incorporação de egressos no ensino superior (9%) e uma outra fração mostrou-se aluno de pós-graduação típico (15%), enquanto que apenas 18% foram incorporados à área técnica, que havia correspondido no período da pesquisa anterior por 41% dos egressos atuando em geografia.

Das duas pesquisas percebe-se que três fluxos são estáveis ao longo de quase um quarto de século. Em primeiro lugar, cerca de 15% dos egressos não atuarão em geografia, tendo esta formação caráter complementar à outra ou mesmo diletante. Neste longo período, a maioria absoluta, e com uma pequena tendência de crescimento em direção ao presente, ingressou na carreira do magistério no ensino fundamental e médio. Apesar da formação recebida, sobretudo no período mais recente, ser explicitamente orientada para a pesquisa

⁷ Incomum embora fosse desejável que fizesse parte das atividades rotineiras da Universidade.

⁸ A qual efusivamente agradeço por ter cedido uma cópia do relatório específico do curso de geografia com os resultados da pesquisa, o qual não consegui localizar sequer no próprio NAEG.

⁹ Aqui agradeço o desprendimento, empenho e esforço dos alunos de pós-graduação envolvidos.

acadêmica. Ou seja, nos parece que, mesmo a contragosto, há um imperativo do mercado real de trabalho. Nos anos noventa há uma exacerbação do percurso pela pós-graduação com o surgimento de uma categoria de egressos que não existia ainda nos anos 80. Esta se dedica primordial, ou mesmo exclusivamente, à titulação. Possivelmente estes estejam sendo estimulados pelo sensível aumento na proporção de egressos admitidos no ensino superior. Este desempenho não deverá se repetir na próxima década, embora continue a existir. Aparentemente, houve uma retração do mercado de trabalho na dita área técnica, ou, os egressos do curso de geografia não tem conseguido ocupar este mercado.

Com um aumento urgente da proporção e do número de alunos egressos, que deveria dobrar rapidamente para chegar ao aproveitamento médio atual da USP (por volta dos 60%), certamente as proporções seriam outras. Em primeiro lugar, o fluxo de egressos em direção ao ensino superior e em direção à área técnica não se alteraria e, portanto passaria a representar fração menor dos egressos.

O fluxo em direção à pós-graduação é difícil prever. No entanto, a pós-graduação enquanto atividade principal de recém-formados significa apenas uma alongação do período de formação no abrigo da Universidade. O destino final do aluno em termos de carreira se consubstancia depois. Pouco provável que haja tantos postos de trabalho disponíveis em cursos superiores de geografia e afins, sobretudo pela competição que ora se inicia com os egressos que começam a ser despejados no mercado a partir das dezenas de programas de pós-graduação em geografia implantados nos anos 90 por todo o Brasil. Além disto, a repartição dos egressos da pós-graduação por especialidades é desigual, de forma que para algumas há carência crônica enquanto para outras sobram candidatos. De qualquer forma, o benefício do aumento de candidatos às vagas para docência no ensino superior faria aumentar a competição pelas mesmas, o que pode vir a resultar em benefício geral para a qualidade do corpo docente da geografia acadêmica como um todo.

O mestrado profissionalizante, por enquanto, não se disseminou na Geografia. Dado o quadro até aqui esboçado, é muito provável que o mestrado, ou mesmo o doutorado profissionalizante surja nos cursos de pós-graduação mais novos por todo o Brasil, como necessidade imperiosa para sua sobrevivência. A herança da Cátedra assim como e as tradições e *modus operandi* da FFLCH impedirão que isto se instale em seu âmbito. Portanto, não há para o egresso da graduação deste curso o alento da pós-graduação como especialização para nichos específicos do mercado de trabalho.

Finalmente conclui-se que um aumento expressivo no número de egressos do Curso de Geografia da Universidade de São Paulo, ou, o que por ora seria um sonho, no momento em que se passar a formar anualmente um número equivalente ao de ingressantes, a

proporção de egressos que teria como destino o magistério seria da ordem de 78% ¹⁰. Levando em consideração que cerca de 15% não atuarão na área, e que, para estes, qualquer orientação ou tipo de enfoque no curso pouco importa, temos 93% dos egressos. Para pensar e planejar um curso de graduação em geografia minimamente coerente há que encarar a realidade destes números de frente. Queremos um curso para 7% ou para a maioria esmagadora que tem como destino líquido e certo o ensino fundamental e médio? Ou seria o impedimento velado à conclusão do curso à maioria dos alunos um estratagema forjado silenciosamente, justamente para esconder um fato desconcertante que incomoda os recônditos das perturbadas almas dos doutos geógrafos acadêmicos quando encaram o restante da comunidade universitária, que sabe lá quem inventou que é sinônimo de comunidade científica?

O curioso, é que no caso do egresso dos cursos de geografia, a oferta de emprego como professor é garantida. Ao contrário dos geólogos, um exemplo casualmente conveniente ¹¹, aos quais, o peso da redução de postos de trabalho durante os anos 90 é fato conhecido e que redundava na procura relativamente baixa nos concursos vestibulares. Portanto, se houver abandono do curso geografia de forma maciça, certamente não o é por falta de oferta de trabalho. Talvez o seja na perspectiva em que os alunos têm sido formados, o da pesquisa científica, ou naquela em que não têm sido formados, mas para a qual acredita-se ser uma possibilidade viável; a do planejamento territorial.

Nos parece sintomático que o Laboratório de Ensino e Material Didático do Departamento de Geografia tenha permanecido como objeto do mais absoluto desinteresse pelo corpo docente, à exceção de uma abnegada professora, ao longo dos últimos dez anos. Se a estrutura do departamento de Geografia fosse coerente com o mercado real de trabalho na área, ele seria o centro das atenções e das disputas políticas internas.

Por outro lado, é interessante resgatar que, em sua origem, meados da década de 30 do século passado, o Curso de Geografia e História viveu o conflito entre a "ilustração" e a formação de professores. Curiosamente, para a sobrevivência e viabilidade do curso foi necessário criar um fluxo de alunos que eram professores normalistas que, afastados temporariamente da função docente, vinham fazer o curso superior, preservando sua remuneração. Fizemos uma pesquisa no arquivo acadêmico da FFLCH desde a fundação da antiga FFCL. Durante 36 anos os alunos optavam dentre o bacharelado e a licenciatura, sem que o primeiro fosse pré-requisito para a segunda. O primeiro grande cisma foi a

¹⁰ Sobre uma base de 170 ingressantes, entre um e dois egressos tornam-se docentes do ensino superior. Também pela média histórica, quando muito, uma dezena ingressa na carreira técnica e 15% não atuará na área, restando um pouco mais de 130 egressos para o magistério, ou seja, 78%.

¹¹ Conveniente, pois o Instituto de Geociências criou recentemente um curso de licenciatura voltado para o ensino fundamental e médio que, em muito, sobrepõe-se ao campo temático tradicional da geografia, sobretudo da geografia física.

separação do curso de Geografia e História a partir de 1956. No entanto, houve egressos do curso original desde 1936 até 1962. O curso de Geografia com opção pela licenciatura e/ou pelo bacharelado formou alunos desde 1959 até 1969. Levantamos exaustivamente os formandos deste período para constatar que dentre os 477 formandos do primeiro currículo, 53% obtiveram os dois títulos, 19% obtiveram apenas o bacharelado e 28% apenas a licenciatura. Na vigência do segundo currículo (específico em geografia) dos 340 alunos egressos, 83% obtiveram os dois títulos, 11% obtiveram apenas o bacharelado e 9% apenas a licenciatura. Visto pelo viés deste texto, 81% dos egressos do Curso de História e Geografia e 89% dos egressos do Curso de Geografia foram formados explicitamente como professores de geografia do ensino primário e secundário, e optaram por isto, resultado curiosamente próximo da estimativa de 78% dos alunos egressos atuando como professores para o tempo presente, caso a taxa de aproveitamento fosse a ideal.

Na reforma universitária de 69, além do fim da cátedra, para os cursos que tinham vocação na formação de professores, a mudança qualitativa fundamental foi o divórcio entre a licenciatura e o bacharelado. Neste ponto, o bacharelado passou a constituir a formação central, ou essencial, constituindo a licenciatura um complemento estranho e alocado em outra unidade de ensino, a Faculdade de Educação. Pois, bem, no caso da Geografia, nos parece que aí é que ocorreu a perda de identidade essencial e iniciou-se a verdadeira crise que se estende até o presente. Ora, se tem que haver uma formação nuclear e própria em geografia independente da licenciatura havia que descobrir ou determinar qual era esta identidade. Pois bem, é neste momento que emerge a pesquisa científica e neste contexto que é forjado o Instituto de Geografia, embora tenha sido fundado oficialmente em 1963, antes, portanto da instalação da Geografia no edifício que ocupa atualmente no campus principal da USP, e da própria reforma universitária. Isto significa simplesmente que o movimento e as idéias que estavam presentes quando da reforma já permeavam a geografia anos antes. Posto isto, a instalação real da Geografia no campus e edifício atual foi marcada por uma ambigüidade fundamental e pouco comum, mas com um fato indiscutível, o exílio da licenciatura e uma busca por outra identidade que prescindisse dela.

O que é interessante é que a Geografia da USP teve duas oportunidades relativamente próximas para desligar-se da Faculdade de Filosofia. A primeira, evidentemente, foi na reforma universitária. Deve ter pesado o fato de que parte expressiva do corpo docente tinha sido formada no curso de Geografia e História da própria FFCL e, evidentemente, a herança da matriz humanista francesa. No contexto de recém-edição do Ato Institucional 5 e da "caça às bruxas", as preocupações estavam voltadas à sobrevivência e os discursos permeados de uma carga emocional e político-ideológica típica destes momentos históricos. Talvez esta hipótese nem tenha sido levada tão a sério quanto poderia, ou, a nosso juízo, deveria. Outros podem relatar com mais propriedade o que ocorreu naquela época, eu nasci

em 1970. De qualquer forma, naquele momento, permanecer no que restou da FFCL se revestiu numa espécie de atitude de "resistência".

Em meados da década de oitenta, o Departamento de Geografia convivendo de forma conflituosa com o Instituto de Geografia, com o qual dividia dois andares do edifício que ocupa desde meados da década de sessenta, foi colocado em cheque para escolha entre dois caminhos essencialmente diversos. O primeiro era a dissolução do Departamento de Geografia enquanto parte da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, e a incorporação do corpo docente, alunos, curso e parte do patrimônio ao Instituto de Geografia, tornando-se, portanto, a Geografia uma unidade de ensino e pesquisa independente na estrutura da USP e se reportando diretamente às instâncias superiores da mesma. O segundo caminho era a dissolução do Instituto de Geografia e sua incorporação ao Departamento de Geografia.

Mesmo ao aluno de graduação do momento presente, que teria nascido nesta época, não é difícil imaginar o que ocorreu. Vivia-se o desabrochar da "geografia crítica", e o processo de abertura política. Certamente houve, novamente, uma confusão entre a avaliação do momento político nacional e dos rumos da Geografia acadêmica. Desta feita, a crítica radical e demolidora do planejamento vinculado ao Estado, da quantificação, da cartografia e da própria geografia física, todos em desenvolvimento e, no caso da segunda incipiente, foram o alvo de uma crítica demolidora que as transformou em sinônimo ou mesmo representantes da ditadura militar, numa leitura extremamente maniqueísta e simplista. No presente paga-se caro por esta herança.

Os restos mais concretos e palpáveis do Instituto constituem os Laboratórios do Departamento de Geografia. O mobiliário e demais objetos que predominam em seu interior, como curiosidade museológica, permitem no presente vivenciar a atmosfera de um espaço de pesquisa de trinta anos atrás. E, para exacerbar o que estamos dizendo, apesar da incorporação incipiente de alguns microcomputadores e outros adereços contemporâneos, a estrutura, a organização, a lógica de funcionamento, as relações interpessoais e o ambiente pararam no tempo. Trabalhamos e ensinamos num museu vivo do qual fazemos parte pelo congelamento da ambiência do final dos anos setenta, ocorrido em meados dos oitenta.

A escolha pelo desmembramento teria levado à permanência durante algum tempo no edifício atual até que fosse construído um edifício novo em outro local do campus. Poderia ter sido ao lado do atual Instituto Geográfico e Cartográfico (sic) do qual dista em algumas centenas de metros. Isto significa que as condições reais dos ambientes de ensino, pesquisa e administração seriam totalmente diferentes das atuais.

Além da evidente e crônica carência de espaço físico, a segunda característica dos espaços ocupados pelo Departamento de Geografia é um nível de ruído completamente incompatível

com as atividades a que se destina. Do ponto de vista acústico a parte do edifício ocupada pela Geografia é simplesmente uma aberração e quase quarenta anos não foram suficientes para que os docentes, os funcionários e os alunos tivessem tomado consciência disto.

Em nosso limitado juízo, a opção foi equivocada e dificilmente haverá outra oportunidade igual. Naquele momento, o caminho para a formação voltada tanto à pesquisa científica quanto à formação de planejadores territoriais foi descartado em função de um retorno às origens, mesmo que inconscientemente, à formação de professores de geografia e à ilustração "desinteressada" revestida por um discurso social inócuo, embora a licenciatura estivesse em outra unidade de ensino e pesquisa.

Em parte, também estava muito viva a cisão da FFCL, que a despeito dos juízos daqueles que viveram àquela época e conhecendo a FFLCH atual, podemos considerar que foi um mal necessário. A FFLCH atual é enorme. De fato, corresponde entre um quarto e um sexto da USP de acordo com os indicadores que sejam considerados. A burocratização e a existência de inúmeras instâncias intermediárias que resultam em enorme dificuldade de equacionar as atividades fins e meios, não é uma novidade. A FFCL foi desmembrada por ter crescido tanto a ponto de ser inviável do ponto de vista administrativo. Este é o impasse em que está mergulhada a FFLCH no momento presente.

Há que admitir que a natureza atual do Departamento de Geografia da USP é ser um Departamento de Geografia Humana numa Faculdade de Filosofia e alguns campos do conhecimento afins. E, olhando de hoje em direção ao passado, a única tentativa concreta de escapar disto foi o Instituto de Geografia. Em miúdos, historicamente, a escolha foi feita há duas décadas atrás.

As evidências do acerto deste olhar sobre o Departamento de Geografia e o curso correspondente não podem ser colhidas, de fato, apenas no interior dele mesmo. Isto se faz visitando e conhecendo as outras unidades de ensino e pesquisa que emergiram do desmembramento da FFCL. Ora, surpreende que tenha passado exatamente o mesmo tempo e que em quase todas elas a infraestrutura física, o desempenho e a inserção na comunidade científica mundial tenham evoluído de forma tão distinta do que ocorreu na Geografia ou mesmo na FFLCH tomada em conjunto. Evidentemente que a assunção do utilitarismo e de políticas sérias e efetivas de captação de recursos tanto para pesquisa quanto para o ensino faz a grande diferença se acumulado no tempo de três décadas. Portanto, não há nenhum conluio especificamente contra a Geografia, ou mesmo contra a FFLCH, mas, sim uma incompetência intrínseca aliada à negação da especialização, do utilitarismo, do planejamento e administração em médio e longo prazo. As razões essenciais que explicam o fracasso no ensino e pesquisa, expressas na penúria infraestrutural, são, sobretudo, internas, elas são fruto de opções e escolhas acumuladas no tempo.

A opção pela negação da pesquisa aplicada, pela negação da técnica e da tecnologia e por permanecer às voltas com um discurso pseudo-social e puritano na dependência da Faculdade de Filosofia, fazendo de conta que somos filósofos, ou pior, epistemólogos, não impediu, no entanto, que aquilo que poderia ter se desenvolvido no âmago de um Instituto de Geografia ocorresse disseminado em outras unidades da Universidade. Podemos encontrar projetos e atividades de ensino e pesquisa que poderiam ser compreendidas como essencialmente geográficos no Instituto Geográfico e Cartográfico¹² (sic), no Instituto de Pesquisa Tecnológica, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Escola Politécnica, no Instituto de Geociências, no Instituto Astronômico e Geofísico, na ESALQ, na Faculdade de Saúde Pública, no Instituto Oceanográfico, na Faculdade de Economia e Administração, dentre as limitadas referências que o autor deste texto possui. Ou seja, aquilo que não assumimos ou dispensamos ao longo de setenta anos, foi assimilado espontaneamente de forma fragmentada e pulverizada pelo resto da Universidade. Em síntese, o discurso "puritano" contra o utilitarismo e o planejamento vinculado ao capital e ao Estado, de fato, é inócuo. A não ser pelo fato de que aos alunos reais que hoje ingressam no Curso de Geografia encontrarão a geografia útil, aplicada, espalhada e quase inacessível. Um exemplo muito claro disto pode ser colhido no fato muito sugestivo de que um docente de cartografia do Departamento de Geografia está desenvolvendo sua tese de doutorado na Escola Politécnica. Ou outro, também insólito, que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo oferece à comunidade curso pago de Sistema de Informação Geográfica, enquanto a sala do Departamento de Geografia destinada às disciplinas de graduação em cartografia tem seis microcomputadores Pentium 100 com 16 mb de Ram em condições de uso, mas que não suportam sequer abrir uma imagem de satélite completa. Ou, que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas há anos propõe e executa uma série de projetos de planejamento físico-territorial incorporando alunos do curso de geografia como estagiários.

Um outro exemplo bastante simples pode ilustrar do que estamos falando. Uma vez que a vinculação direta ao capital e ao Estado incomoda a muitos, há também um outro universo de vínculos possíveis. Existem centenas de fontes de investimento a fundo perdido no mundo, cujo orçamento anual total é desconhecido, mas estimado em centenas de milhões de dólares. A maior parte deles tem especial predileção pelo "terceiro mundo", do qual, gostemos ou não, aos olhos destes fundos fazemos parte. Também há uma predileção por financiar projetos de pesquisa aplicada à resolução de problemas na área ambiental (por exemplo, planejamento e gestão de unidades de conservação, energia limpa e renovável, planejamento e gestão de recursos naturais, etc) e redução do sofrimento humano desde a promoção de ações educativas e libertárias até atividades de caráter assistencialista. Não é

¹² A maior parte dos alunos do Curso de Geografia ignora a existência e a proximidade física desde Instituto, basta atravessar uma avenida e subir a pé por cinco minutos, é mais próximo que o edifício da administração da FFLCH.

difícil imaginar centenas de situações e problemas reais dos quais o consórcio entre docentes e alunos do Curso de Geografia pode criar oportunidades riquíssimas do ponto de vista da formação dos alunos e para a pesquisa do ponto de vista dos docentes.

Os Laboratórios do Departamento de Geografia não têm autonomia administrativa e financeira. De fato, no momento presente contam com um orçamento anual de mil Reais (sic), oriundo da dotação orçamentária. Para aprimorar as condições concretas de ensino e pesquisa, poderíamos imaginar que fossem elaborados projetos para captar recursos dos fundos internacionais, ou mesmo alguns nacionais. Para tanto, há que recorrer e obter aprovação em diversas instâncias acadêmicas e outras tantas de outras naturezas, em que a politicagem e a ineficiência administrativa constituem obstáculos naturais. Imagine-se que um simples telefonema de um desafeto pode fazer um processo permanecer meses, ou mesmo anos, parado sobre uma mesa, ou vice-versa. Numa unidade de ensino e pesquisa enorme como a FFLCH, as dificuldades crescem exponencialmente em relação às outras que são menores. Desta feita, depois de muitos meses, na melhor das hipóteses e com a rede de relações interpessoais adequada, obtém-se todas as autorizações. Em casos recentes verifica-se que, no total, são necessários quase dois anos. Ora, a maior parte dos fundos internacionais opera com planejamento anual ou bianual. As organizações que pleiteiam os recursos devem ser ágeis no sentido de apresentar propostas, receber e aplicar os recursos e apresentar resultados no prazo de até dois anos. Por isto que organizações menores, enxutas e ágeis (normalmente as ONG's) de fato canalizam boa parte dos recursos destes fundos.

Ora, sequer o Departamento de Geografia tem autonomia administrativa e financeira, a pessoa jurídica é a FFLCH. Para que se renove um sistema de iluminação depois de 40 anos de uso com recursos existentes para isto, oriundos da própria dotação orçamentária, há que negociar politicamente durante outros tantos anos. Não há dúvida que no âmbito do Departamento e da FFLCH, o temário da dita geografia física e da cartografia são entidades estranhas e deslocadas. Desta feita, é impossível que mesmo as necessidades elementares destes dois filões da geografia se façam ouvir, tanto menos ser representados ou atendidos nos arranjos políticos internos.

Com isto estamos sugerindo que o Instituto de Geografia era um problema, pois, não apenas podia, como, de fato, captava recursos externos. O Instituto tinha uma vida financeira e administrativa própria, chegando a possuir dentre outros, uma estação meteorológica classe I no campus da USP e uma gráfica. Isto nos leva a crer que à época de sua dissolução já tivesse condição de gerar orçamento próprio muito maior que o do Departamento de Geografia. Em termos atuais não seria difícil que isto ocorresse, pois o orçamento anual, oriundo da dotação orçamentária, não chega a uma centena de milhares de Reais, o que pode ser, com relativa facilidade, obtido através de um único projeto para

captar recursos externos. Portanto, no momento presente, o debate sobre as "fundações de apoio" no âmbito do Departamento de Geografia é, no mínimo um anacronismo e está defasado em duas décadas, pois já tivemos algo do gênero e destruímos. A não ser que haja a disposição de admitir que houve um equívoco no passado e rever a decisão anterior, o que pessoalmente duvido que possa ocorrer dada a composição atual do corpo docente real do Departamento de Geografia.

Analisando com um pouco mais de vagar as atividades reais dos docentes do Departamento de Geografia do presente e passado recente, verificam-se alguns fatos intrigantes. Embora na aparência seja ignorado o vínculo com o ensino médio e fundamental e a verborragia acadêmica seja orientada para a panacéia da pesquisa científica e/ou para um planejamento territorial imaginário, a prática mostra uma realidade um pouco distinta. Cinco docentes da área de cartografia são autores de Atlas escolar e competem entre si no mercado editorial. Um coletivo de mais de uma dúzia de docentes é autor de um livro de geografia do Brasil para o ensino médio agraciado com o Prêmio Jabuti. Há pelo menos quatro séries de livros didáticos para o ensino fundamental da lavra de docentes do Departamento no mercado, um dos quais foi o maior sucesso editorial desde Geografia do Brasil do Prof. Aroldo de Azevedo, também da casa. Através destes livros a maior parte dos atuais alunos do Departamento foi iniciada em Geografia no ensino fundamental. Dentre os docentes há pelo menos sete autores de mais de vinte livros paradidáticos em geografia. Pelo menos um terço dos docentes do DG iniciou sua carreira como professor de ensino médio e fundamental. Alguns são casados com professores de geografia. Parte dos docentes admitidos nos últimos anos foi docente de cursos de licenciatura em geografia em outras instituições de ensino superior. Há pelo menos doze livros sobre o ensino de geografia de autoria do Departamento de Geografia à venda em livrarias. Vários dos docentes ministraram ou ainda ministram cursos de reciclagem e capacitação de professores. O mais espantoso, é que a elaboração dos Parâmetros Nacionais do ensino de geografia, derivada da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi coordenada e levada a cabo por uma dupla de docentes da casa. Ao menos sete docentes são consultores do Ministério da Educação atuando na avaliação e reconhecimento de cursos de licenciatura em geografia em todo o Brasil. As reuniões da AGB são, na verdade, encontros de estudantes e professores de geografia. Todo mundo sabe que para ter público num evento em geografia há que organizá-lo com carga horária mínima e o correspondente certificado para que professores de escola pública obtenham pontuação. E, ainda assim reina uma espécie de "faz de conta" coletivo como se isso tudo fosse atividade marginal.

Paradoxalmente, escolas privadas de São Paulo reconhecem que não há nada mais difícil do que encontrar bons professores de geografia e aos poucos estão criando aversão aos

alunos da USP. Curioso é que várias delas remuneram relativamente bem¹³. Ao mesmo tempo é recorrente a dificuldade dos nossos alunos em integrar-se ao ambiente escolar. Há deficiência de conteúdo básico e elementar e excesso de verbosidade e academicismo. Nossos alunos têm sido incapazes de distinguir abordagens e conteúdos adequados à faixa etária e estágio do desenvolvimento cognitivo dos alunos. Há uma série de outras deficiências que culminam num sentimento extremo de incapacidade profissional. Ora, se, de fato, não há mercado de trabalho expressivo para pesquisadores e/ou planejadores e a formação que é dada é orientada contra o ensino médio e fundamental, estamos formando desempregados crônicos em potencial ou pessoas condenadas ao fracasso profissional e frustração pessoal.

No quadro atual esboçado acima, não há outra alternativa viável para o Departamento de Geografia que não seja assumir explicitamente o caráter de curso de formação de professores para o ensino médio e fundamental. Com um plano sério neste sentido é factível, em uma década, transformar o atual bacharelado em geografia no melhor curso de formação de professores de geografia do Brasil e, possivelmente, do mundo, uma vez que poucos têm este propósito explícito. Como centro de excelência na formação de professores, poderia prestar serviços diversos na reciclagem e capacitação de professores já formados e ser o mais produtivo e dinâmico centro de elaboração, produção e difusão de material didático e pedagógico do País. Com isto seria possível a captação de recursos e geração de orçamento próprio através, evidentemente, de uma fundação ou da autonomia administrativa e financeira pelo desmembramento da FFLCH. Há que trazer a licenciatura de volta para o Departamento, o que pode e deve ser feito. A pós-graduação poderia ser voltada primordialmente neste sentido, o que não seria tão difícil, uma vez que boa parte dos alunos dos dois programas tem ou teve experiência no ensino médio e fundamental. Este é o caminho coerente com a origem e a tradição de setenta anos da Geografia da USP, com o perfil do corpo docente existente e do passado, com as escolhas que foram sendo feitas e caminhos trilhados até o presente.

REFERÊNCIAS

INEP, 2003. Estatísticas dos professores no Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Ministério da Educação, Brasília.

LACOSTE, Y, 1993. A geografia: isto serve, em primeiro lugar para fazer a guerra. Editora Papyrus, São Paulo, terceira edição.

NAEG, 1995. Perfil dos ex-alunos do Departamento de Geografia de São Paulo. Programa de Estudos do Destino Ocupacional dos Ex-alunos da Universidade de São Paulo, Núcleo de Apoio aos Estudos da Graduação, Universidade de São Paulo.

SILVA, A. C. da, 1983. O que é o geógrafo profissional? in Revista do Departamento de Geografia, n. 2, p. 81-92.

¹³ Há pelo menos duas centenas de escolas e cursinhos apenas na RMSP em a remuneração pela carga completa de 36 horas-aula mais os benefícios resulta maior que o salário base do Professor Doutor na Universidade de São Paulo.

